



# Aprimoramentos ao PLP 152/2025

Propostas para garantir segurança jurídica, remuneração justa, proteção social e direitos fundamentais aos trabalhadores de aplicativos

ASSEMBLEIA NACIONAL DOS TRABALHADORES DE  
APLICATIVOS DE TRANSPORTE – 30/08/2025





## V - INFRASTRUTURA E INCENTIVOS ECONÔMICOS

Medidas que aliviam despesas do motorista e incentivam a renovação sustentável da frota.



# Fundo de Apoio e Desenvolvimento

A atividade dos motoristas de aplicativo carece de uma **estrutura de apoio mínima**, impactando diretamente a saúde, segurança e qualidade do serviço. Para resolver isso, propomos a criação de um repasse fixo por corrida para financiar:



## Pontos de Apoio



## Formação Continuada



## Serviços de Assistência

Um repasse de **R\$ 0,25 por corrida**, de **baixo impacto econômico** para usuários e plataformas, seria de **grande relevância social**.

Este mecanismo cria um **fundo permanente e sustentável** que assegura melhorias estruturais e de capacitação sem depender exclusivamente de políticas públicas ou iniciativas voluntárias das empresas.



# Prazo Mínimo para Reclassificação de Veículos

Assegurar um prazo mínimo de **24 meses** de manutenção do veículo na categoria em que foi originalmente cadastrado. Essa medida visa:

## Previsibilidade Financeira

Garantir que o investimento do motorista possa ser amortizado de forma justa e sem surpresas, protegendo-o de prejuízos financeiros.

## Proteção contra Mudanças Unilaterais

Impedir que as plataformas alterem critérios de categoria de forma abrupta, afetando diretamente a capacidade de trabalho e renda do motorista.

## Equidade e Estabilidade

Promover um ambiente de trabalho mais estável e equitativo, onde os direitos dos motoristas são respeitados e seus investimentos protegidos.

# Benefícios Tributários e Fiscais

A atividade de transporte por aplicativo é altamente onerosa, com motoristas arcando com combustível, manutenção, depreciação do veículo, seguros e impostos, sem contar o financiamento. A legislação tributária atual não reflete adequadamente essa realidade, comprometendo a renda líquida do trabalhador.

É fundamental que o legislador considere a realidade financeira desses profissionais para promover a justiça fiscal e garantir a sustentabilidade da categoria.



Propomos **medidas para aliviar a carga fiscal e incentivar a renovação da frota:**

## Linhas de crédito especiais com juros reduzidos

## Isenção de IPI na Compra de Veículos

Alterar a Lei nº 8.989/1995 para incluir motoristas de aplicativo que comprovem mais de **1.000 viagens/ano**.

## Aquisição de veículos sustentáveis e adaptados

Criação de linha de crédito específica pelo BNDES, com juros reduzidos e prazo de até 60 meses, para aquisição de veículos sustentáveis (elétricos ou híbridos) e de veículos com adaptações de acessibilidade para atendimento a passageiros com necessidades especiais.

## Redução da Base de Cálculo do IR

Alterar o art. 9º, inciso II da Lei 7.713/88, reduzindo a base de cálculo do Imposto de Renda de 60% para **25% do rendimento bruto**, para refletir os custos reais da atividade.